**“OLHA SÓ, A NEGRA AINDA É ATREVIDA”: RACISMO E VIOLÊNCIA GENDERIZADA NO CONTO “MARIA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

**“LOOK, THE BLACK IS STILL ATREVIDE”: RACISM AND GENDER VIOLENCE IN THE STORY “MARIA”, BY CONCEIÇÃO EVARISTO**

Alba Krishna Topan Feldman[[1]](#footnote-1)

Danielle Gomes Mendes[[2]](#footnote-2)

A nossa escrevivência não pode ser lida como

histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim

para incomodá-los em seus sonhos injustos.

(Conceição Evaristo)

**RESUMO**

O presente trabalho trata de uma análise do conto, *Maria* (2014), de Conceição Evaristo, na qual objetiva-se investigar as violências racial e de gênero que acometem a protagonista em sua condição de mulher negra. O estudo da narrativa trouxe à baila consequências da educação colonial que condicionou e construiu um legado de preconceitos na sociedade brasileira. As vivências da personagem figuram a relação entre raça e gênero demonstrando como contextos de exclusão são terrenos férteis para a proliferação de violências contra negros, principalmente, mulheres negras. No aporte teórico foram utilizadas predicações das teorias Pós-coloniais, de identidade e de gênero, especialmente quanto ao enfoque à pessoa negra. Destacam-se pressupostos dos seguintes autores: Grada Kilomba, Pierre de Bourdieu, Lélia Gonzalez, Laurentino Gomes.

**Palavras-chave**: racismo, violência genderizada, Maria, Conceição Evaristo.

**ABSTRACT**

The present work deals with an analysis of the short story Maria (2014), by Conceição Evaristo, in which the objective is to investigate the racial and gender violence that affect the protagonist in her condition as a black woman. The study of the narrative brought to light the consequences of colonial education that conditioned and built a legacy of prejudice in Brazilian society. The character's experiences figure the relationship between race and gender, demonstrating how contexts of exclusion are fertile ground for the proliferation of violence against blacks, especially women. In the theoretical support, predications of Postcolonial, identity and gender theories were used, especially regarding the focus on the black person. Assumptions of the following authors stand out: Grada Kilomba, Pierre de Bourdieu, Lélia Gonzalez, Laurentino Gomes.

**Keywords**: racism, gendered violence, Maria, Conceição Evaristo.

**1 Introdução**

O conceito de raça como um critério para categorizar grupos a partir de diferenças morfológicas foi uma das ideias mais perversas e cruéis que subsistem na história do homem. Imbuída por interesses hegemônicos e pela vontade de poder, essa concepção urge os ensejos dos exploradores envolvidos nas grandes navegações que demarcam o início da colonização europeia. Do ponto de vista do “descobrimento”, estabelecer o *outro* diferente foi fundamental para engendrar o projeto colonizador, pois, funcionou como uma estratégia eficaz no convencimento da sociedade à época sobre a necessidade de subjugar e assolar aqueles que se diferenciavam dos europeus quanto à origem, a língua, a cultura e, sobretudo, fenotipicamente. Tais ideologias e atitudes impulsionaram a escravização, o racismo e a discriminação dos povos não brancos promovendo a barbárie que marca o período moderno. Dentre os povos mais atingidos destacam-se os afrodescendentes.

A escravidão não é um fenômeno exclusivo da Idade Moderna, pelo contrário, perscruta-se na História, desde as primeiras eras, a prática da dominação entre os homens, tal como aponta Laurentino Gomes (2019, p. 25):

A escravidão é um fenômeno tão antigo quanto a própria história da humanidade. No mundo inteiro, desde a mais remota Antiguidade, da Babilônia ao Império Romano, da China Imperial ao Egito dos Faraós, das conquistas do Islã na Idade Média aos povos pré-colombianos, milhões de seres humanos foram comprados e vendidos como escravos. Provinham de todas as regiões, raças e linhagens étnicas, incluindo eslavos (designações que originou a palavra “escravo”) de olhos azuis das regiões do Mar Báltico.

Conquanto, a escravidão praticada a partir da colonização estava envolta por uma potente estrutura que funcionava para além da dominação, isto é, dentre todos os grupos humanos, o afrodescendente foi o único que viu o seu povo ser comercializado. Esse sistema escravista que se instalou foi resultado das ideologias oriundas da hegemonia europeia uma vez que, ao assumir a condição de grande potência, a Europa organizou uma rede política, ideológica e econômica em torno da exploração dos povos pertencentes aos territórios invadidos.

Essa triste realidade impulsionou e impulsiona autores negros de diferentes espaços geográficos a inserirem em suas ficções as imagens de desigualdades que continuam presentes no entorno de pessoas negras, com o intuito de revisitar contextos ignorados pela supremacia branca ou considerados inexistentes.

Por isso, compreende-se que o domínio da leitura e da escrita para grupos historicamente subjugados – seja pelas origens ou pelo gênero – está para além da aquisição de uma habilidade, pois, uma vez que se encontram alijados da cultura e de diversos lugares de privilégios, apropriar-se da língua escrita representa a conquista de um direito que tão breve se transforma em ferramenta de revide, denúncia e emancipação.

Esse fato demonstra que embora estivessem imersos em um contexto de tensões, conflitos e subalternidades, os indivíduos pertencentes aos grupos minorizados elaboraram estratégias contra toda e qualquer modalidade de opressão que ensejasse manter relações de poder, isto é, desejavam não apenas se inserirem em uma cultura “letrada”, mas confrontar os mecanismos de controle que lhes imputam à condição de relegados. Nesse ínterim, a literatura passa a funcionar também como espaço de manifestação ou expressão da consciência do *outro* colonizado. Thomas Bonnici (2009, p. 47) pontua:

Em nível cultural, umas das estratégias que os povos colonizados têm para reconstruir a identidade consiste no domínio da produção inventada pelo colonizador, ou seja, a escrita, a publicação, a propaganda, a produção de livros, a recepção pelos leitores, e outros fatores. [...] Sabe-se que os povos colonizados não tiveram nem uma escrita nem uma literatura como a cultura europeia as concebe. A oratura por outro lado, foi uma prática cultural muito desenvolvida e exercitada por todos.

Desse modo, o sujeito colonizado, ao dominar a língua do colonizador também a subverte em seu favor usando a escrita e a arte literária como aliadas no processo de emancipação e, fundamentalmente, espaço no qual reivindicam a liberdade e podem “falar”: “Escrever, portanto, emerge como um ato político”, como afirma Grada Kilomba (2019, p. 28). São sob esses contornos que as literaturas oriundas de povos colonizados se constroem.

Observa-se que o papel de escritores negros brasileiros (e de outros lugares) tem sido crucial para escrachar os males de uma sociedade exclusivista e racista – tal como ocorre no Brasil – principalmente por construírem uma escrita de resistência e revide. Dentre as grandes sumidades da produção literária afro-brasileira, destaca-se a figura de Conceição Evaristo que tem marcado a literatura contemporânea com narrativas que tensionam estruturas segregadoras. Evaristo em sua *escrevivência* colhe da própria experiência enquanto mulher, negra e oriunda da periferia, a realidade do cotidiano do daqueles que vivem (e sobrevivem) em uma sociedade imersa em racismo velado e, sobretudo, estrutural. A autora constrói enredos que mostram a violência racial e seus impactos na identidade e no corpo negro. Situações como essas estão retratadas em sua coletânea de contos reunidos em *Olhos d’água* (2014).

Essas problemáticas evidenciam que racismo continua a reverberar na contemporaneidade, seu conceito perpetua no ideário coletivo, conquanto agora não mais institucionalizado como outrora, mas sob outras facetas, todas elas imbuídas de violência e opressão contra o indivíduo negro. Seja de forma física ou simbólica esses mecanismos discriminatórios continuam a violar a identidade e o corpo negro impondo-o um cenário de opressão e exclusão. Situação que extrapola e se potencializa em torno de mulheres negras, segregadas em múltiplas subalternidades, por razões étnicas, de gênero, de classe, etc. São as vítimas em potencial do racismo genderizado, fato que comprova a íntima relação existente entre raça e gênero (KILOMBA, 2019).

Isto posto, o presente trabalho é uma análise do conto *Maria*, narrativa que recebe o nome de sua protagonista: mulher negra que em sua volta para casa de mais um dia de trabalho como empregada doméstica, presencia um assalto ao ônibus público em que está como passageira. Coincidentemente um dos assaltantes é o pai do seu filho mais velho e logo que percebe o acaso permanece imóvel enquanto várias lembranças sobre o homem começam vir à tona. Após o atentado dos criminosos, um dos passageiros percebe que ela foi a única a não ter seus pertencentes saqueados, a partir disso começa uma séria de agressões que culmina em um trágico desfecho.

São por meio dessas e outras vivências da personagem Maria que este trabalho objetiva investigar o racismo e sua relação com o racismo genderizado. Porquanto para subsidiar a análise e argumentação da análise serão utilizados os pressupostos teóricos indispensáveis de autores dedicados aos estudos Pós-coloniais, às questões identitárias e de gênero, principalmente os pressupostos que dão enfoque à pessoa negra. Dentre os estudiosos utilizados na composição desse trabalho, destacam-se as predicações de Grada Kilomba (2019); Pierre Bourdieu (2005); Lélia Gonzalez (2019); Laurentino Gomes (2019) e outros.

**2 *Outremização* e racismo: tornando-se o *outro***

 Ao refletir em sua obra[[3]](#footnote-3) acerca do racismo cotidiano a autora Grada Kilomba (2019, p. 71) afirma que “o racismo é uma realidade violenta”, uma vez que sustenta e legitima estruturas de exclusão racial e, consequentemente, social. Essa assertiva ressalta que por muitos séculos o fenômeno do racismo tem sido utilizado como estratégia eminente para cercear e silenciar pessoas negras objetificando sua identidade e seus corpos. Silvio de Almeida (2019, p. 19) comenta que, “a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo”. Nas predicações do teórico, o preconceito racial “é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de normalidade” (2019, p. 19), pois, integra a estrutura econômica e política da coletividade social. Nesse entendimento, a violência do racismo traduz e endossa as problemáticas de uma sociedade desigual e exclusivista. Essa realidade pode ser constatada no contexto brasileiro quando se observa que os quase dois séculos que se passaram, desde a assinatura da Lei Áurea, não conseguiram erradicar as práticas discriminatórias direcionadas às pessoas negras, tampouco foram suficientes para fazer ruir a narrativa forjada sobre a cultura e história africana disseminada a partir da escravidão. Pelo contrário, uma cosmovisão acerca do racismo no Brasil evidenciam-se os mecanismos que envolvem esse fenômeno na atualidade revelando sua natureza estrutural e velada. Almeida (2019, p. 28) acentua que o racismo é sempre estrutural, posto que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Nesse sentido, a essência sistêmica do racismo não é originada somente a partir de um ato racista, mas de uma série de atitudes que estruturam um processo criador de subalternidades. Para além de segmentar os indivíduos em grupos considerados racialmente diferentes, o racismo também delimita espaços sociais, políticos, econômicos e, sobretudo, desumaniza indivíduos negros na tentativa de degradar sua identidade, bem como intenta fixar uma imagem desfigurada do negro em aspectos morais, intelectuais e culturais.

Essa desumanização entranhada no racismo além de construir fronteiras físicas e simbólicas também é responsável pela criação de sujeitos *outremizados*, isto é, aqueles que passam a existir como objeto de um discurso dominante geralmente fortalecido pelos grupos que estão no poder em posições privilegiadas. Tais relações hierárquicas são remanescentes dos ideais colonialistas e imperialistas, conforme aponta Thomas Bonnici (2005, p. 54):

A *outremização* é o processo pelo qual o discurso imperial fabrica o *outro*. O outro é o excluído que começa a existir pelo poder do discurso colonial. Constitui-se o Outro colonizador quando os outros colonizados são fabricados.

As diferenças culturais que denotam *outremização* baseiam-se na dominação e no controle e funcionam como estratégias para incumbir no dominado (colonizado, subalterno, etc.) uma necessidade por submissão. Quando Spivak (1987) categoriza a *outremização* em tipos, ela destaca que um deles se constitui em torno da “denigração do nativo”, ou seja, estes são colocados sob a condição de primitivos, selvagens e, principalmente, de uma humanidade inferior.

Nesse contexto, a raça é concebida como fator de diferenciação constante e representa o meio pelo qual o branco se coloca como detentor de todos os atributos de superioridade enquanto o *outro* é colocado como uma espécie degradada e sinônimo daquilo que o dominador branco não quer ser. Grada Kilomba (2019, p. 34) explica como esse processo se constrói:

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão: [...], o sujeito negro torna-se então aquilo a que o *sujeito* branco não quer ser relacionado. [...] Esse fato é baseado em processos nos quais partes *cindidas* dapsique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (*self*).

A dinâmica dessa relação urge a necessidade da supremacia branca de fabricar o *outro* como um intruso ou forasteiro, bem como o fato de oprimi-lo expressa recusa e medo em desenvolver o mínimo de empatia pois, isso pode colocá-los no mesmo patamar de humanidade daqueles que são considerados inferiores. Acerca dessas relações, Toni Morrison (2019, p. 14) comenta:

A necessidade de transformar o escravizado numa espécie estrangeira parece ser uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal. A urgência em distinguir entre quem pertence a raça humana e quem decididamente não é humano, é tão potente que o foco se desloca e mira não no objeto da degradação, mas seu criador.

Dessa maneira, manter o racismo e a *outremização* nada mais é do que a evidência de que os grupos privilegiados precisam e preferem que essas diferenciações sejam estabelecidas para que seus lugares no poder e nos contextos favoráveis não sejam ameaçados, conforme ainda ressalta Morrison (2019, p. 17):

O racismo faz diferenças. [...] É raro que comunidades humanas abram mão de privilégios por simples altruísmos, e, portanto, o único mundo em que se pode imaginar apoiadores da branquitude renunciando à sua religião é um mundo em que seus privilégios se transformem num luxo ao qual eles não se podem dar.

Como frutos dessas relações herda-se a violência contra o negro que o atinge diretamente em múltiplos aspectos, desde questões identitárias, de gêneros, de classe e, sobretudo, quanto à sua cor. Para além dos fatores subjetivos, ainda se presencia a violência física e o superlativo da morte que acompanha aqueles que vivem como o *outro*. Em um macrocosmo é possível observar como a *outremização* e o racismo se articulam dentro da sociedade e reverberam em todas as suas estruturas, tanto de forma latente como pulsante.

No cenário brasileiro, por exemplo, isso pode ser constatado quando avaliado o contexto das classes periféricas e menos favorecidas. Observa-se que constantemente os veículos de informação e comunicação noticiam o cenário de violência que marca o cotidiano social brasileiro. Convive-se com a premissa da insegurança das grandes cidades e na contemporaneidade em se estendido para o contexto rural, porém, em menor escala. O alto fluxo migratório responsável pelo considerável aumento da população urbana acentua um crescimento desproporcional que causa desordem no espaço urbano gerando graves problemas sociais que aliados ao descaso governamental intensificam a pobreza e outras condições periféricas.

Quando levantados esses fatos há um indicativo preocupante, pois nota-se que a maioria de pessoas que vivem nessas condições desfavorecidas são negras. Percebe-se então os sinais do racismo estrutural. Nas predicações de Almeida (2019, p.41):

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. [...] O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucional e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Essas implosões engendram a desigualdade e fabricam os “lugares” que os negros “podem” ocupar na sociedade, inclusive disseminando a falsa ideia de que as pessoas negras devem aceitar de forma resignada as incumbências colocadas, porquanto na visão da supremacia branca “não são aptos”, “não se esforçam suficientemente” e são “inferiores”. Kabengele Munanga (2015, p. 65) pontua:

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial.

Tais concepções ressaltam o passado colonial que construiu um Brasil imperialista e dominado. Passado séculos, ainda não assumiu uma postura pós-racial e tampouco antirracista, pelo contrário, parece aceitar a dialética do colonizador-colonizado reproduzindo posturas antinegras empenhadas na construção do *outro* subjugado. Munanga (2015, p. 58) ainda declara:

É desse modo que o racismo passa da destruição de culturas e de corpos com ela identificados para domesticação de cultura e de corpos. Por constituir-se da incerteza e da indeterminação, é certo que o racismo pode, a qualquer momento, descambar para a violência explícita, a tortura e o extermínio. Porém, assim que a superioridade econômica e racial foi estabelecida pela desumanização, o momento posterior da dinâmica do racismo é o do enquadramento do grupo discriminado em uma versão de humanidade que possa ser controlada.

Dessa maneira, o racismo cria cativeiros que brutalizam o negro, o transforma em alvo de uma nação opressora que também cerceia e violenta vidas. Morrison (2019, p. 16) afirma que, “a morte é apenas o exemplo superlativo do que significa viver como “Outro”, existir além da fronteira de um grande pertencimento”. Assim sendo, pode-se afirmar que dentre todas as violências que afligem os brasileiros, o racismo é um dos principais responsáveis por ceifar a vida de pessoas negras, por esse motivo, tal qual as palavras supracitadas de Morrison (2019) o negro convive com a premissa da morte.

A marca racial imprime ameaça à vida do negro. A supremacia branca colabora com a construção de uma identidade dissidente e fortalece outro tipo de violência, dessa vez voltada para o gênero: a violência e o racismo genderizados em que as mulheres negras sofrem múltiplas subalternidades. Sobre isso discute-se no próximo tópico.

**2.1** **O racismo genderizado**

A história da humanidade é marcada por relações de dominação. Independentemente da época, dominar o próximo, o território, a natureza parece ser um desejo indelével dos seres humanos. Contudo, dentre todas as relações de soberania que pode ser localizada nas diferentes eras e sociedades há uma que se sobressai entre as demais: a dominação masculina. Pierre Bourdieu (2005) explica que essa modalidade de dominação se apresenta como uma violência que não possui visibilidade porque por vezes se configura como simbólica para as próprias vítimas. Tal fato ocorre, segundo o teórico, a partir das vias pelas quais essa violência se realiza, assim como por meio dos processos arbitrários que transformam construções históricas e sociais em natureza. Cabe a essa perspectiva a construção em torno das categorias sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres e como estes são concebidos nos ideais de uma sociedade patriarcal.

Ainda sob o ponto de vista de Bourdieu (2005, p. 82), são nesses meandros que a construção social da categoria mulher, atravessada pela dominação masculina, a coloca como objeto simbólico, dependente, submissa, pois, “elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, simpáticos, atenciosas, submissas, discretas, contidas e até mesmo apagadas”. São essas estruturas que fortalecem a ideia de que a divisão de sexos é algo natural e que não pode ser evitada, porquanto é uma estrutura objetiva presente na ordem social do mundo.

Outrossim, Judith Butler (2003) critica as construções em torno do “ser homem” e “ser mulher”, especialmente sobre as ideias enraizadas a partir de binarismos que categorizam sexo/gênero, pois, estas noções, a seu ver, continuam a reproduzir concepções do XIX. Para a autora, “se alguém ‘é’ mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (2003, p. 20). Deve-se, pois, considerar outros aspectos como sexualidade, raça, etnia, classe, etc.

Semelhantes ideias são encontradas na obra, *E eu não sou uma mulher?* (2017), em que as autoras norte-americanas, Avtar Bhah e Ann Phoenix se debruçam sobre o discurso de Sojourner Thuth, proferido em 1851, e ressaltam como seus pensamentos eram precursores quanto ao confronto às ideias essencialistas sobre a categoria mulher e, sobretudo, a mulher negra, para tanto Brah e Phoenix destacam as seguintes palavras de Thuth: “por exemplo, que mulheres são necessariamente mais fracas que homens ou que mulheres negras escravizadas não são mulheres” (BRAH; PROENIX, 2017, p. 665).

Essas e outras concepções apontam que a categoria mulher representa uma condição de *outridade* que se potencializa quando estes sujeitos estão inseridos em outras subalternidades, principalmente no que se refere a realidade da mulher negra e seus múltiplos deslocamentos. Tais fatores concluem como raça e gênero são indissociáveis, comprovando que “a experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo.” (KILOMBA, 2019, p. 94). Em outras palavras, observa-se que as forças que circundam a raça e o gênero são oriundas de um discurso que legitima papéis de dominação masculina, racial, de classe e de gênero.

Nesse contexto, a mulher negra é duplamente subalternizada tanto por seu gênero quanto por sua cor e conforme se infere a partir dos pensamentos de Truth, a condição da mulher negra ou sua identidade política é construída a partir de uma formação social patriarcal e escravista cuja identidade “nunca é dada, mas perfomatizada através da retórica e da narração” (BRAH; PHOENIX, 2017, p. 665). Essas representações continuam a construir a mulher negra em torno de uma imagem deslocada, sem visibilidade e a partir de um padrão colonial.

As questões apontadas até aqui demonstram como racismo e sexismo aliados impregnam a ideia de que a mulher de cor existe em função da servidão aos outros superiores. Nesse intuito, Kilomba (2019, p. 65) afirma que o racismo genderizado cria um “espaço vazio” para a mulher negra habitar, pois, os discursos que mal a interpretam causam um apagamento e contradição acerca desta, colocando-a como incapaz de afirmar sua própria existência e identidade enquanto indivíduo ou invalidada para compartilhar a experiência da discriminação que constantemente vive. Assim sendo, a violência e o racismo genderizados direcionados à mulher negra são revelados.

Assoma-se às questões de *outremização* e subalternidade, outras de cunho social, político e cultural. Conceição Evaristo (2020) reforça que a subjetividade afro-brasileira é fortemente marcada pela relação intrínseca entre racismo e sexismo. Relação esta que define os papéis das mulheres negras e os lugares que podem ocupar no mercado de trabalho, na família e na sociedade. Geralmente sexualizada, subjugada e ocupando ofícios considerados “os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos” (CARNEIRO, 2011, p. 119). Em outras palavras, o mercado de trabalho reflete esta exclusão quando observadas as funções desempenhadas por muitas mulheres negras.

Quando Lélia Gonzalez (2020, p. 42) reflete sobre o emprego doméstico, ela ressalta como essas atividades socialmente desvalorizadas corroboram na construção de imagens de submissão e sujeição, uma vez que geralmente são funções ocupadas por mulheres negras. Em suas palavras:

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. (GONZALES, 2020, p. 42).

Diferentes relações de soberania são criadas quando a mulher negra se torna objeto do patriarcado, do sexismo e do racismo. Esses mecanismos ainda tão vitais na sociedade brasileira ressaltam resquícios de um passado colonial e, de forma específica, evidenciam a herança patriarcal deixada por Portugal. Tais fatores continuam até a contemporaneidade a violentar a mulher negra e impor condições que intensificam a pobreza, a destituição de *status* social e outros fatores que a inscrevem como desamparada e extremamente vulnerável a qualquer agressão ou opressões oriundas de atitudes racistas e sexistas.

Realidades como estas continuam sendo inseridas nas obras de autores afrodescendentes, principalmente, na literatura escrita por mulheres negras. Escritos que revelam as circunstâncias subalternas impostas às mulheres negras e experiências nos contextos opressores e exclusivistas ao qual estão inseridas. Para que se possa observar essas relações a partir do texto literário o próximo tópico trata da análise do conto “Maria” (2018), de Conceição Evaristo, em que uma empregada doméstica é brutalmente assassinada quando associada a um dos assaltantes que aborda o ônibus coletivo em que está. Acerca disso discutiremos a seguir.

**3 Racismo, o superlativo da morte: análise do conto “Maria”, de Conceição Evaristo**

Conceição Evaristo é uma das principais e atuais vozes femininas da literatura brasileira contemporânea. Suas origens estão relacionadas sobremaneira com as representações que aparecem em sua ficção, sobretudo em razão da sua condição de mulher negra brasileira. Oriunda de uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte, Evaristo vem de uma família de lavadeiras e empregadas domésticas, chegando a desempenhar as mesmas funções ao longo da vida. Segundo Bárbara Machado (2014), foi no Rio de Janeiro que deu continuidade aos seus estudos e também se engajou definitivamente ao Movimento Negro, principalmente, no feminismo negro. São das suas próprias experiências que ela colhe as tramas do seu enredo:

Em síntese, quando escrevo, quanto invento, quando crio a minha ficção, não desvencilho de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. (EVARISTO, 2020, p. 20)

Dessa maneira, inventar-se por meio da escrita inspirada em suas vivências, ressalta sua condição e consciência de mulher negra, cuja experiência é figurada em suas narrativas sob a perspectiva da “*escrevivência”*, termo cunhado por Evaristo. De acordo com Rosemere da Silva (2017 p. 20) a *escrevivência* pode ser entendida da seguinte forma:

Neste processo de criação, as vivências são as experiências de existência de um dado sujeito ou do sujeito e de seu coletivo transpostas para o texto literário. No entanto, a escritora não se coloca a falar de qualquer sujeito. Ela constrói narrativas para sujeitos que teoricamente estariam à margem da cultura da modernidade. Desse modo, a “escrevivência” de Conceição Evaristo pode ser entendida como um conceito que propõe explicitar e discutir as trajetórias das histórias de afro-brasileiros, criadas pela dinâmica do movimento diaspórico no Brasil.

A *escrevivência* como elemento estético representa um desnudamento acerca da experiência de ser negro no Brasil, revelada no texto literário por meio da escrita, podendo ser entendida também como um recurso fundamental para escritores afrodescendente e como possibilidade de leitura, análise e esquadrinhamento do texto literário. Vale ressaltar, que nesses meandros a literatura ganha novos significados para os negros, uma vez que se torna um espaço de revide, ferramenta de resistência para vozes que estiveram por tanto tempo, silenciadas.

A partir desse entendimento, a *escrevivência* clarifica a forte consciência de classe, raça e gênero que está imbricada na ficção evaristiana. Tal aspecto revela a predileção por tipos específicos de personagens, portanto, a galeria de personagens construída por Conceição é composta, na grande maioria das vezes, por mulheres, homens e crianças negras vivendo em condições de subalternidades diversas e enfrentando diariamente situações-limite. Para Jurema Werneck (2018, p. 13), as narrativas de Evaristo são traduções de “histórias de dor” de indivíduos negros que tentam sobreviver em “contexto desfavorável, um cenário de discriminação, [...] baixa escolaridade, subempregos e violações de direitos humanos”. Os personagens de Conceição encenam a dura realidade de grande parte da população negra brasileira que sobrevivem às margens.

As condições subalternas dos personagens de Evaristo reverberam também nos espaços em que eles vivem. Diante disso, a periferia assume aspectos físicos e simbólicos, físicos enquanto espaço, posto que a maioria dos personagens são moradores de favelas e simbólicos, pois, representa um lugar existencial definidor de sujeitos, assim como é uma imputação criada pela ordem social excludente. Para além da ficção, esses fatores rememoram as trágicas heranças colonialistas de um passado escravocrata que infelizmente continua a entranhar-se na memória brasileira.

São nesses meandros que o conto “Maria” se desenrola. A narrativa, que leva o nome da protagonista conta a história de uma mulher negra e pobre que após um dia de intenso trabalho como empregada doméstica na casa de uma família branca embarca em um ônibus rumo à favela onde mora com os filhos:

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto do ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. (EVARISTO, 2018, p. 41)

“Maria” (2018) é uma narrativa que acentua diversas condições de subalternidades encenadas a partir das vivências dos personagens, especialmente da protagonista e os lugares que ela ocupa dentro do seu contexto social circundante. Percebe-se que as características mais fortes que constroem a personagem evidenciam múltiplos deslocamentos causados por uma sociedade racista e sexista que como conclui Lélia Gonzalez (2020) coloca a mulher negra em todas as margens existentes.

Como supracitado, Maria é uma empregada doméstica negra que trabalha para uma família branca, inclusive, aproveita para levar para os filhos os restos de comida que sobram das refeições da patroa:

No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. (EVARISTO, 2018, p. 41).

Maria se divide entre cuidar dos afazeres dos patrões brancos para quem trabalha e a própria vida. A realidade experimentada pela personagem se assemelha e reflete a de muitas mulheres negras e pobres, moradoras de favela que encontram no serviço doméstico um meio de sobrevivência e a possibilidade de sustentar sua família. Para Gonzalez (2020) a mulher negra enquanto empregada doméstica aponta um problema de cunho histórico, social e racial, em razão de que esta função pode ser configurada como um papel social imposto, pois, de forma latente há uma intenção ideológica de promover a inteligibilidade da força de trabalho das mulheres de cor. Isso pode reverberar ainda a pretensão de manter padrões escravocratas sob a forma de uma falsa subserviência. Lélia Gonzalez (2020, p. 40) traz à tona os indicativos que evidenciam a problemática:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra da sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia de buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos.

A situação que se instalou após a abolição e se estendeu pelos séculos seguintes continua tão viva na atualidade quanto era no passado. Ainda é possível encontrar inúmeras mulheres negras trabalhando nas cozinhas das classes média e alta, cuidando da comida e dos filhos dos brancos, tal como as “mães-pretas” de outrora. Quando não estão ocupando as funções domésticas, assumem empregos de remuneração baixa, geralmente, aqueles desvalorizados pela sociedade, assim como a personagem de Evaristo.

Quando Evaristo insere esta condição em sua obra é possível perceber traços de sua *escrevivência*, em razão da função de empregada doméstica que também desempenhou durante a infância e parte da adolescência, assim como viu a maioria das mulheres de sua família exercer o mesmo ofício na casa de pessoas ricas e brancas (MACHADO, 2014).

Na ficção, após Maria embarcar no coletivo e se acomodar em um assento percebe que alguém senta ao seu lado. Logo a mulher reconhece que o homem sisudo era o pai de um dos seus filhos. Sem encarar a mulher ele estabelece um diálogo de poucas palavras, perguntando sobre o filho e outras coisas que Maria mal podia entender, até que em um ímpeto o homem se levanta e anuncia o assalto:

Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho. E, logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. (EVARISTO, 2018, p. 43).

A partir disso inicia no ônibus um cenário de ameaça e medo. Os pensamentos da mulher são rapidamente levados aos filhos, “Meu Deus, como seria a vida dos seus filhos? Era a primeira vez que ela via um assalto no ônibus. Imaginava o terror das pessoas. O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada”. (EVARISTO, 2018, p. 43). A situação acabou rapidamente e Maria testemunha a fuga do homem após um roubo bem-sucedido, mas alguém percebeu que a mulher olhava assustada e preocupada para o primeiro assaltante:

Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes. Maria se assustou. [...] Ouvia uma voz: *Negra safada vai ver estava de coleio com os dois*. Outra voz vinda lá do fundo do ônibus acrescentou: *Calma, gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também*. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões. Foi a única a não ser assaltada.

A primeira violência direcionada à Maria se configura de forma verbal. Percebe-se que ao levantar suspeita sobre sua participação e cumplicidade na ação dos bandidos os insultos acontecem no intuito de rebaixá-la como mulher. Quando seu acusador a ofende como “puta safada”, percebemos o retrato de um comportamento costumeiro sexista e machista que remete à intenção de violentar a índole feminina. No caso de Maria, desde o momento em que a colocam como suspeita, não dão a oportunidade para que ela possa se justificar ou se defender, pelo contrário, mesmo calada e sem demonstrar nenhuma reação é julgada como culpada e cúmplice. Essas atitudes demonstram, sobremaneira, a pretensão de uma identidade deturpada incumbida às mulheres negras. A despeito disso, Carla Akotirene (2019, p. 36) comenta:

[...] o padrão colonial ora elege as mulheres negras como dirigentes do tráfico de drogas, ora homicidas de companheiros violentos, quando, pactuam com as coações impostas por filhos e maridos encarcerados para que transportem drogas até o sistema prisional, numa faceta hedionda punitivista das mulheres negras.

Dessa maneira, um padrão racializado é estabelecido para a mulher negra, pois ao ser *outremizada* recebe estigmas que a acompanhará em todos os seus contextos. Nota-se ainda em Maria a violência genderizada e racial quando logo em seguida é chamada de “negra safada”. Esses atos demonstram a intersecção existente entre racismo e sexismo, violências que infelizmente permeiam o cotidiano de mulheres negras. Kilomba (2019, p. 99) acentua que, “o impacto simultâneo da opressão racial e de gênero leva a formas de racismos únicas que constituem experiências de mulheres *negras* e outras mulheres racializadas.” Esses mecanismos de estruturas racistas entrelaçadas à papéis de gênero impostos resultam na invisibilidade da mulher negra.

Durante o caos já instalado no ônibus, Maria tenta argumentar, se defender. A mulher nega que conhece os criminosos, mas os gritos de acusações se intensificam e criam uma situação de apinhamento onde ela não consegue sair:

A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: *Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões!* O dono da voz levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. *Olha só*, *a negra ainda é atrevida*. (EVARISTO, 2018, p. 42)

Maria então identifica a voz que a acusa: um homem que está no fundo do ônibus. Ao não conseguir fazer-se ouvida, pois, é oprimida pelos gritos dos outros, ela sucumbe e torna-se refém de uma série de ofensas. Nesse momento da narrativa, chama atenção o fato de ser um homem o primeiro a constranger a protagonista, embora não a conheça, sente-se confortável para desrespeitá-la. Percebe-se ainda que o mesmo comportamento não foi tomado em relação aos assaltantes homens, os verdadeiros responsáveis pelo ato criminoso. As falas proferidas repetidamente continuam a demonstrar a opressão racial e de gênero, rechaçando a mulher, inclusive ao tentar se impor logo é ofendida como “negra atrevida”.

O termo pejorativo traz à tona evidências de uma sociedade estruturada no colonialismo e patriarcado quando se espera que uma pessoa negra, especialmente uma mulher negra, se comporte de maneira subserviente, domesticada e resignada, ou seja, uma performance de resignação. Brah e Phoenix (2017, p. 665) afirmam:

Há milhões de mulheres hoje que continuam marginalizadas, tratadas como um ‘problema’, ou construídas como o ponto focal de um pânico moral – mulheres na pobreza, sofrendo doenças, falta de água e de saneamento adequado. [...] mulheres cujos corpos e sexualidades são comodificadas, fetichizados, criminalizados, racializados, disciplinados e regulados a partir de uma miríade de regimes representacionais e práticas sociais.

O comportamento do homem que lidera a agressão contra Maria projeta a dominação masculina comentada por Bourdieu (2005, p. 27) que, segundo ele, gera contextos de violência. Para o teórico, tenta-se através de várias estratégias atestarem a inferioridade da mulher como um fato natural e biológico. Por isso, a seu ver, a própria “masculinização” universaliza comportamentos e formas de ser a tal ponto de convencer os dominados de que essas concepções são legítimas. Esses pensamentos fortalecem representações negativas que depreciam a figura feminina e a categoria mulher. Concepções assim culminam em outras violências para além das simbólicas, semelhante ao cenário que se constrói em torno do desfecho de Maria:

Alguém gritou: *Lincha! Lincha! Lincha!...* Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria. [...] *Lincha! Lincha! Lincha!* Maria punha sangue pela boca, pelo nariz, pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. [...] Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. (EVARISTO, 2018, p. 42)

A tragédia que marca a história da personagem de Evaristo reflete a realidade do racismo cotidiano que se consuma através da *outremização* de pessoas negras. Esse processo, conforme explica Kilomba (2019, p. 80) não é uma única atitude ou evento sutil, mas um conjunto de experiências de vidas, “uma exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família.”

O racismo ao ser um fato rotineiro na trajetória do negro configura-se como uma das principais ameaças contra sua vida e podendo transformar-se no motivo que leva à violência e morte, assim como aconteceu com Maria: “Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo pisoteado”. (EVARISTO, 2018, p. 42).

Os motivos cruéis e banais que levam à morte de Maria ressaltam as consequências de uma sociedade fundada em pensamentos colonizadores, patriarcais e ideais segregacionistas que endossaram comportamentos racistas, sexistas e todos os tipos de violências praticadas contra pessoas negras. As violações que a mulher sofre evidencia o racismo contra aqueles que pertencem às camadas mais baixas da sociedade e padecem com múltiplas exclusões e preconceitos. Por ser mulher e negra, Maria foi facilmente vista como alvo vulnerável, completamente anulada e invisível. Embora não estivesse envolvida no crime cometido foi sentenciada como tal. Sua morte foi julgada e estabelecida a partir de um olhar que dera ao homem, nenhuma palavra foi proferida, nenhum ato praticado, um simples olhar para o pai do seu filho determinou um destino cruel.

Conforme pontua Morrison (2019) o racismo (em todas as suas facetas) faz diferença, pois, ele é o responsável por desumanizar pessoas e essa desumanização inserem o negro em um padrão de invisibilidade, suscetível a todos os tipos de opressão, sendo a morte apenas um exemplo das ameaças que constantemente surgem como frutos dos abismos raciais que ainda definem o lugar de todos na sociedade. Pontua-se ainda a relação interdependente existente entre racismo e sexismo e como este elo interseccional revela as múltiplas fronteiras enfrentadas pelas mulheres negras, fronteiras essas muitas vezes capazes de interromper suas vidas.

**Considerações Finais**

Conceição Evaristo constrói narrativas protagonizadas por seres erráticos, com identidades dissidentes que vivem constantemente em situações-limite e são colocados às margens por uma força maior que rege os discursos poderosos e exclusivistas. Os lugares reservados para esses sujeitos estão fora do *centro*, encontram-se nas extremidades, por isso os homens, mulheres e crianças de suas obras pertencem à favela, às ruas, moram em barracos, em quarto-marquises, em casas velhas. Os destinos desses personagens são marcados por tragédias, balas perdidas, abandono, violência *outremização*, isto é, as mais diversas situações que escracham as desigualdades impregnadas nos marcadores sociais de diferença, tais como raça, classe e gênero.

No conto “Maria”, objeto de análise desse trabalho, percebe-se a história de uma mulher imersa em múltiplos deslocamentos que interferem diretamente em sua condição enquanto sujeito e no seu lugar no mundo. Por pertencer às margens seus espaços são limitados, periféricos e excluídos. Desde a função que desempenha como empregada doméstica até o comportamento resignado perante os outros ao seu redor, nota-se um sujeito com a identidade esfacelada, atravessada pelo olhar da supremacia branca.

O triste desfecho de Maria, que culmina em sua trágica morte, desnuda as verdades latentes que estão por trás da violência de raça e de gênero. Mulheres negras, tal como a personagem, enfrentam todos os dias os males do racismo cotidiano, sofrem a invasão e objetificação de seus corpos que são agredidos, abusados, sexualizados. São vítimas de discursos que rebaixam a sua beleza, sua cultura, sua cor, e sobretudo que ainda tentam perpetuar a falsa ideia de uma raça inferior.

A análise da narrativa trouxe à baila consequências da educação colonial estruturada na mentalidade patriarcal que condicionou a sociedade brasileira e construiu um triste legado de preconceitos. As vivências da personagem figuram a relação entre raça e gêneros e como os contextos impregnados de preconceitos e opressões são terrenos férteis para proliferar violências estarrecedoras contra sujeitos que não pertencem a grupos privilegiados, principalmente, mulheres negras.

**Referências**

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polén, 2019.

AKATIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BONNICI, Thomas. *Conceitos-chaves da teoria pós-colonial.* Maringá: Eduem, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAH, Avtar.; PHOENIX, Ann. “Não sou uma mulher? Revisitando a Interseccionalidade”. Tradução de Cláudia Santos Mayer & Matias Corbett Garcez. *In*: BRANDÃO, I. et al. *Traduções da cultura*: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Edufal; Editora da UFSC, 2017.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*. São Paulo: Solo Negro, 2011.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: imortalidade além de um título.

In: *Revista Periferias*. Rio de Janeiro. Disponível em:<https://revistaperiferias.org/materia/conceicao-evaristo-imortalidade-alemde-um-titulo/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d’água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

GOMES, Laurentino. *Escravidão*: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Org: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano.

Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Bárbara Araújo. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. *História oral*, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude*: usos e sentidos. Belo Horizonte:

Autêntica Editora, 2015.

MORRISON, Toni *A origem dos outros*: seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução: Fernanda Abreu. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

SILVA, Rosemere Ferreira. Entre o literário e o existencial, a “escrevivência” de Conceição Evaristo na criação de um protagonismo feminino negro no romance Ponciá Vicêncio. *Revista Entreletras*: Araguaína/TO, v. 8, n. 1. 2017.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?.* Tradução de Sandra Regina G. A., Marcos P. F., André P. F. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WERNECK, Jurema. Introdução. *In*: EVARISTO, Conceição. *Olhos d’água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018. p. 13-14.

Recebido em 07/04/2023

Aceito em 22/06/2023

1. Professora do departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá. Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Londrina. aktfeldman@uem.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. danielle.gomes@ufma.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano (2019). [↑](#footnote-ref-3)